

## GEOPOLÍTICA NA PAN-AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES<sup>1</sup>.

Charles Benedito Gemaque SOUZA<sup>2</sup>

### Resumo

A Amazônia continental caracteriza-se por suas diferenças, étnica, cultural, política, econômica e ambiental, o que estabelece concomitantemente continuidades e discontinuidades territoriais. Trata-se de uma expressão das sociedades complexas e, como tal, traduz as suas relações plurais e contraditórias, condicionando as representações e as estratégias de poder projetadas pelos diferentes agentes sociais envolvidos. Há, então, uma heterogeneidade das “Amazônias” que não se reproduzem da mesma forma, tanto no ponto de vista concreto, como sob a perspectiva da existência humana.

**Palavras-chave:** Amazônia, território, diferenças

### GEOPOLITIQUE DANS LA PAN-AMAZONIE: TERRITOIRES, FRONTIÈRES ET IDENTITÉS

### Resumé

L'Amazonie continentale se caractérise par leur différences, ethnique, culturelle, politique, économique et environnementales, en établissant des continuités et des discontinuités territoriales simultanément. C'est une expression des sociétés complexes et, en tant que telle, reflète son pluralité et des relations contradictoires conditionnant les représentations et les stratégies de pouvoir conçus par différents agents sociaux impliqués. Il y a une hétérogénéité des «Amazones» qui ne reproduisent pas de la même façon, tant au point de vue pratique, comme de la perspective de l'existence humaine.

**Mots-clé :** Amazonie, Territoires, différences

### INTRODUÇÃO

A definição de geopolítica passa por um momento de renovação, antes restrita as estratégias territoriais do Estado, agora transcende para outras esferas das relações entre o espaço e poder. Dessa forma, as identidades se integraram as correlações de força que definem as organizações políticas, geográficas e territoriais historicamente consolidadas nas fronteiras da Amazônia.

Por sua vez, a idéia de Pan-Amazônia nasce da junção de todos os espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica, e que tem florestas densas e úmidas. No entanto, esse conceito que tem em sua origem aspectos naturais estendeu-se para o âmbito social a partir da percepção dos problemas que se assemelham e que tem propiciado um conflito territorial, o que fortalece uma geopolítica dos grupos étnicos em torno da resistência aos impactos socioambientais das políticas desenvolvimentistas na região.

Nesse contexto, as “Guianas”, que compreende a Guiana Francesa, o Suriname (holandesa), e a Guiana (inglesa) além da “Guiana” venezuelana e brasileira<sup>3</sup>, são espaços

<sup>1</sup> O artigo é parte integrante da tese “Conflitos e identidades na Pan-Amazônia continental: Territórios étnicos em Kourou - Guiana Francesa” apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

<sup>2</sup> Geógrafo (UFPA) Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. e-mail: gemaquec@ufpa.br.

marcados pelas diferenças apesar do nome e da origem em comum. Paradoxalmente, o insulamento tornou uma representação inerente à definição de sua geografia e política, contudo a identidade guianesa tornou-se uma dinâmica centrípeta marcado pelos conflitos identitários, que por sua vez é herança de um período colonial escravista e autoritário.

Para materializar tal pesquisa foi preciso considerar a complexidade da realidade regional e, ao mesmo tempo, as dificuldades metodológicas que representa trabalhar com esse objeto de estudo. Conforme Ribeiro (1993), as diferenças têm se apresentado como um tema de estudo capaz de ampliar as possibilidades de apreensão de realidades cada vez mais contraditórias e fragmentadas.

Nessa perspectiva, a Pan-Amazônia deixou de ser apenas uma área periférica e passa a ser cobiçada e disputada. Tornando-se uma fronteira de importância geopolítica negociada entre as grandes potências (empresas), e uma das regiões contemporâneas de grande interesse estratégico para a humanidade. A biodiversidade, as novas fontes de energia “limpa”, a água doce, os princípios ativos, a engenharia genética, os minerais estratégicos, a corrida espacial etc. são elementos de disputa pelas grandes potências mundiais. Em contrapartida, os impactos socioambientais que causam na vida dos povos e nas comunidades “tradicionais”, o aumento do circuito de ilegalidades nas fronteiras e a pilhagem dos recursos naturais não repercutem da mesma forma no discurso.

## O INSULAMENTO DAS “GUIANAS”: REPRESENTAÇÕES E IDEOLOGIAS

O termo Guiana é de origem indígena e têm diversas interpretações, a mais usual trabalha com a idéia de “terras de muitas águas”. Com o tempo, as tribos indígenas (famílias do caribe e arawak) que ocupavam as áreas compreendidas entre o rio Orinoco<sup>4</sup> e o Amazonas (rio negro) foram denominados de “Guyanos”.

Essa denominação data do século XVI, quando os primeiros exploradores chegam, e surge como tradução de uma fonética dos indígenas encontrados. Conforme Jolivet (1990) relatos da época indicam que o termo Guiana teria duas origens a primeira estava ligado aos rios, e seria a forma que os Arawak identificavam os rios locais. Uma segunda versão trabalha com a idéia de vínculo totêmico entre uma palmeira dessa região e os grupos

<sup>3</sup> Para Lézy (1989) a Guiana brasileira abrange o Estado do Amapá, Roraima, norte do Pará e do Amazonas.

<sup>4</sup> Terceira maior bacia hidrográfica da América do Sul circunda as Bacias das Guianas, Sua nascente se encontra na Serra Parimá na Venezuela e desemborca no oceano Atlântico as proximidades da cidade da Guiana na Venezuela.

indígenas da família Caribe, os nomes dados as essas espécies vegetais por esses povos eram gouai ou guyai.

Uma interpretação mais recente aponta para os povos *guanaos* que habitavam o delta do Orinoco, na qual a etimologia *guai* significaria “nome” enquanto a palavra *yana* seria uma espécie de negação, logo *guaiyana* seria traduzido como a “terra que não poderia ser nominada” (LEZY, 1989). Essa nova nomenclatura acaba sendo interpretado sob ângulos paradoxais, de um lado acredita-se no sentido divino do termo, ligado principalmente ao mito do *El Dorado*, no entanto existem aqueles que identificam nesta denominação à idéia de “inferno verde”.

O fato é que à medida que os europeus abordavam, o nome Guiana foi substituindo denominações anteriores como costa selvagem ou alagada, ou simplesmente Caribe. Nesse sentido, os mapas seguiam as representações e o aumento do interesse que os europeus tinham da população daquela parte da América que permitiu o enriquecimento toponímico. Em 1715 surge a primeira delimitação do que seria a Guiana, formando o que seria uma nova Mesopotâmia entre o rio Orinoco e o rio Amazonas.

Com isso os nomes dados pelos europeus (franceses, holandeses, ingleses e espanhóis) as novas possessões na região seguiam essa nomenclatura, com exceção dos portugueses. Para Jolivet (1990) existiam um simbolismo inerente a nomenclatura, enquanto Caribe indicava costa selvagem e inóspita, Guiana remetia ao *El Dorado* tão presente no imaginário dos colonizadores da época. Dessa forma, a denominação Guiana revigorava o mito e ajudava no financiamento das viagens, tornando parte de uma geopolítica dos Estados colonialistas.

Em 1596, Walter Raleigh publica uma obra sobre suas viagens a região da Guiana, criando definitivamente uma cosmografia simbólica por meio do relato de encontros com os seres lendários que viviam na periferia da Guiana: os acéfalos, as amazonas e os caribes. Para Lezy (1989) esses povos da Guiana de Raleigh definem a genealogia de uma representação mestiça (crioula), oriundas de uma combinação de elementos europeus, africanos e asiáticos com a mitologia local.

Os acéfalos seriam povos com olhos, boca e ouvidos no peito, originalmente dos relatos míticos do oriente esses surgem sempre às margens do mundo civilizado no momento que chegam novos viajantes. Na Guiana ganha uma inspiração bíblica, visto que se suponha que as proximidades do paraíso haveria os povos expulsos e que aguardavam o julgamento final, porém nessa versão crioula o paraíso estaria vinculado ao reino de Manoa, ou melhor, ao *El Dorado*.

No caso das amazonas não foi apenas uma projeção local da antiguidade grega houve uma convergência com mitologias locais, tanto que as “grandes damas guerreiras” tiveram uma grande influência no imaginário dos exploradores europeus e na própria denominação do continente. Porém, a maneira que o mito das amazonas se aproxima das realidades locais são tão variadas quanto às facetas dessas mulheres guerreiras. Em suma, a presença das amazonas na Guiana reforça a imagem de éden guianês, vigiado por guardiães intrépidas e atraentes, próprias do pecado.

Já em relação aos caribes (canibais) foram à mitificação de uma população indígena, que supostamente seriam os maridos das amazonas. Em termos geográficos, os índios caribes foram se deslocando da terra firme para as ilhas, paradoxalmente o mito fez o movimento contrário com o avanço da colonização, a Guiana tornou-se o refugio das lendas e definindo uma fronteira simbolicamente delimitada pela força dos grandes mitos e do paraíso (Éden). Aos poucos, a Guiana permite as mitologias encontrarem uma unidade que se torna uma das características marcantes dessa região na época.

Entretanto, no início do século XIX com as viagens de grandes naturalistas para a região, designadamente Humboldt, as novas descobertas científicas tiveram um impacto nas representações cartográficas da Guiana. Lézy (1989, p.189) identificou três etapas da substituição da Guiana insular e mitológica para a três guianas: o desaparecimento progressivo do centro; o arrefecimento dos limites; e a negação do nome.

O desaparecimento progressivo do centro ocorreu à medida que houve um desencantamento dos mitos interioranos e sua substituição pelas cadeias de montanhas. A supressão da fascinação lendária da centralidade proporcionou a ocupação crescente das margens guianesas, o que aos poucos transformou os limites topográficos em uma referência geopolítica. Os colonizadores europeus tendiam a se fixar sobre a costa devido às dificuldades impostas pelas cadeias de montanhas e a rede hidrográfica.

Nesse contexto, ocorreu uma diminuição nos antigos limites da Guiana, tornando-se uma região essencialmente litorânea. Por outro lado a expansão das áreas pertencentes aos portugueses e espanhóis para além dos cursos dos rios principais (Orinoco e Amazonas) definitivamente alteram a cartografia regional. A Guiana deixa de ser vista como uma ilha unificada pelas lendas e circundada pelos rios e sim um espaço litorâneo não integrado a razão e a civilização moderna, uma anti-nação.

A negação do nome Guiana se traduz pelas ambiguidades na definição de sua etimologia e na própria incerteza da ortografia. Ademais, as denominações das margens

(Guiana ou Nova Andaluzia) e o interior (Guiana ou Dorado) revelavam uma oposição que culminou com a separação definitiva das Guianas (do centro e da costa). O fato é que a Guiana perdeu sua referência mitológica e as representações cartográficas da época tornaram-se desconstruídas pelo pouco conhecimento da área e pela luta imperialista que reinava.

De outro lado, a pressão dos colonizadores “desterritorializou” a maioria das populações indígenas da Guiana, assolando as ligações familiares entre as populações caribes. Conforme Colomb (2008, p.87) a interferência dos dominadores fomentará progressivamente um mosaico de grupos que aos poucos edificam novas identidades. Assim, enquanto os indígenas interioranos (Wayana) da Guiana respondem a crescente intromissão dos europeus com o isolamento e a hostilidade, os litorâneos (Kalinã e Arawak) são envolvidos nas rivalidades imperialistas.

Os conflitos étnicos que envolviam os diferentes grupos indígenas modificaram as representações simbólicas, geopolíticas e territoriais dos mesmos sobre as terras da Guiana. Dessa maneira, os índios lutavam entre eles para obter alianças com os europeus e dominar o comércio de especiarias e de tráfico de escravos (indígena) para serviços domésticos. Em pouco tempo esse processo conduz a “tribalização” por meio da individualização geopolítica dos grupos pela interação ou distanciamento dos europeus e dos africanos.

Em 1895 Elisée Reclus em sua obra Nova Geografia Universal afirma que a Guiana tornou-se uma ilha continental, agora devido às condições geomorfológicas e uma suposta homogeneidade das populações indígenas que viviam na região. Lezy (1989, p.19) mostra que os três pilares naturais dessa nova representação cartográfica eram a floresta tropical úmida, o planalto antigo e a hidrografia que a circundava.

Aos poucos a imagem do paraíso foi suprida pelo do inferno verde, consubstanciado pelo escravismo e pelo aparecimento dos primeiros presídios<sup>5</sup>. A Guiana não é mais unida e sim dividida pelos grandes impérios, o que significou mais uma quebra essencialmente geopolítica no conjunto. Em consequência, as articulações entre as guianas se tornam menos comuns, o que determinou algumas das características que perduraram na história da região: o esvaziamento da identidade guianesa; a ausência de projetos comuns; as dificuldades de fixar fronteiras nacionais; e o vazio populacional.

Ademais, os processos de colonização não seguem a mesma lógica nas Guianas costeiras, enquanto na Guiana inglesa e no Suriname o tráfico negreiro torna-se uma atividade

---

<sup>5</sup> A Guiana Francesa, especificamente, fomentou uma idéia de pobreza, dureza e, até mesmo, de impossibilidade de colonização, o que notabilizou a noção de justiça e a idéia de criar uma colônia presidiária em uma terra condenada pela natureza (Deus).

lucrativa, a Guiana Francesa fica marginalizada pelo sucesso das atividades econômicas nas Antilhas francesas. A Guiana Francesa transforma-se apenas em um ponto de apoio secundário para a Guadalupe e a Martinica que se tornam as principais colônias do domínio colonial francês no oceano Atlântico (PIANTONI, 2009, p.38). Dessa forma, duas lógicas divergentes são construídas entre as Guianas.

O fato é que os objetivos da França eram bem distintos ao imperialismo holandês e inglês na América do Sul no século XVIII. Os exercícios de poder, as concepções de dominação, a valorização do espaço colonial eram distintos (PIANTONI, 2009, p.40). Para Holanda o desenvolvimento colonial passava pelo fortalecimento de um poder interno composta pela burguesia local e sua articulação com as Companhias comerciais, em contrapartida para a França o universalismo republicano freava esse tipo de movimento.

As motivações geopolíticas dessas nações se davam dentro de uma escala internacional e tinham modos divergentes de valorização do espaço colonial. A grande preocupação era resolver a questão da carência demográfica devido à sazonalidade da ocupação indígena na Pan-Amazônia, para isso a imigração foi a estratégia utilizada. Portanto, o potencial econômico das colônias era proporcionalmente vinculado a capacidade de povoar as áreas de *plantation*.

Nesse ponto, a grande rentabilidade estava na atividade das companhias comerciais estruturadas em função do comércio triangular. Conforme Piantoni (2009) o crescimento econômico era ajustado ao poder metropolitano de estabelecer uma colonização e o escravismo dentro de uma perspectiva agrária exportadora. Tal foi o caso do Suriname e Guiana, mas não da Guiana Francesa, devido o Estado francês bloquear as relações comerciais locais em favor das Antilhas francesas.

No âmbito administrativo, o distanciamento das metrópoles dificultava as ações decisórias na esfera colonial. Contudo, no XVII século foi estabelecida no Suriname uma autoridade local no qual havia uma determinada autonomia política e econômica em relação à metrópole. Na Guiana Francesa, ao contrário, a relação era extremamente dependente das orientações do poder central e das necessidades das colônias das Antilhas, tornando-se um espaço colonial com uma vocação primeiramente geopolítica acima da econômica.

Por outro lado, o progresso do império ibérico na América do Sul compelia as Guianas o papel de coadjuvante no contexto da colonização, as potências européias emergentes de então aproveitarão o insulamento da região para estabelecer uma colonização de base

protestante. O fator religioso é importante já que a maioria dos colonos das Guianas eram populações marginalizadas e perseguidas pelos católicos na Europa do XVI e XVII século

Insulamento, protestantismo e companhias comerciais esses eram os pilares do processo de colonização das Guianas. Essa tríade rompia com o modelo de expansão latina e católica<sup>6</sup> com intuito de fixar e fechar uma valorização de um espaço colonial específico. Esse processo dependia de um forte sistema agro-exportador subsidiado pela mão de obra escrava.

Em consequência, as Guianas respondiam às funções múltiplas e diferenciadas: eram colônias de povoamento e de contenção de litígios religiosos; tornaram-se áreas de recursos para as companhias comerciais privadas; e de consolidação geopolítica da França, Holanda e Inglaterra (PIANTONI, 2009, p.33). Contudo, a questão do povoamento estava qualitativamente e quantitativamente articulada à produtividade e rentabilidade do projeto colonial.

Concomitantemente, a unidade da Guiana tornou-se uma nova mitologia pelo desmembramento político e econômico, embora a universalidade de sua política de povoamento (escravidão) convergiu para uma servidão das mais duras no Suriname, uma segregação das mais sangrentas na Guiana e os conflitos étnicos da Guiana francesa. Dessa forma, a cartografia do início do século XX trabalhava com a atomização da Guiana não reconhecendo nenhuma forma de integração.

Todavia, é preciso reconhecer que existem interseções entre os três conjuntos que construírem uma determinada identidade assinalada na Guiana costeira. Uma região de colonização anacrônica e inacabada sem nenhuma afirmação local de uma nação, cuja independência foi tardia e contestada internamente<sup>7</sup>, única parte não latina da América do Sul ficou isolada política e fisicamente do resto do continente. Ademais, os territórios indígenas foram estigmatizados e desestruturados por um discurso ao mesmo tempo religioso e geopolítico que legitimava a aculturação dos autóctones.

Em termos geopolíticos são os territórios menos povoados da América Latina, também são com menores áreas. As três guianas apresentam sociedades extremamente complexas e com tensões étnicas devido ao trajeto de suas colonizações, as línguas oficiais e a cultura se distingue dos outros países da Pan-Amazônia (GRANGER, 2008, p.3). Uma vez

---

<sup>6</sup> Espanha e Portugal tinham como dinâmica a exploração das riquezas naturais, as frentes de expansão e o catequização dos povos autóctones, o que de fato definitivamente separou a guiana venezuelana e brasileira do conjunto das Guianas.

<sup>7</sup> No caso da Guiana Francesa não houve independência e não há nenhuma perspectiva nesse sentido como revelou a recente negativa da população local no referendo sobre a autonomia da Guiana Francesa.

independente as Guianas conservaram os vínculos com as antigas metrópoles e se aproximaram do mundo caribenho.

A república da Guiana tornou-se independente em 1966 com sua inserção na associação de territórios autônomos, mas dependentes do Reino Unido (Commonwealth). De acordo com Silva (2007, p. 50) em quase meio século de autonomia o país se caracterizou por uma forte instabilidade política, regimes autoritários, fragmentação política (étnica). Com uma superfície de 215 mil km<sup>2</sup>, a Guiana tem uma população de 800 mil habitantes distribuídos entre as seguintes etnias: crioulos (africanos), indianos (hindus), europeus, indígenas, asiáticos, migrantes e portugueses<sup>8</sup>.

Os grupos africanos e hindus representam mais de 50% da população e também disputam o poder político e religioso. Corbin (2009, p.165) aponta que a formação histórica da Guiana gerou uma distribuição populacional desigual, a região interiorana com 75% da superfície abriga apenas 10% da população total, em sua maioria indígena (Arawak). No entanto somente 32% habitam áreas urbanas, a capital Georgetown possui 234 mil habitantes.

A república do Suriname tem uma superfície total 163 mil km<sup>2</sup> e uma população total de 493 mil habitantes, mais da metade da população é urbana, somente a capital Paramaribo tem em torno de 243 mil habitantes. Segundo Menke (2004, p.166) as etnicidades presentes no Suriname são os javaneses, hindus, africanos (crioulos e marrons), indígenas e os migrantes, o poder político é disputado entre os hindus e os crioulos enquanto os marrons<sup>9</sup> e os indígenas foram marginalizados o que acarretou tensões étnicas.

A maior porcentagem na população do Suriname é dos chamados hindustani (indianos do norte), a mistura étnica pode ser evidenciado em algumas manifestações culturais, religiosas e linguísticas (crioulo). O idioma neerlandês é a língua oficial, mas também falam outras línguas como o javanês e o indonésio, e o hindi, além do sranan ou surinamês, idioma crioulo desenvolvido a partir do inglês, com influências do neerlandês, do português e de idiomas africanos. Os habitantes ameríndios originais, caribes e aruaques, falam as suas próprias línguas, e o mesmo acontece com os descendentes dos escravos fugitivos que se estabeleceram no interior do país, como o aucano (n'Djuga) e o saramaca.

<sup>8</sup> Na Guiana por questões históricas os portugueses são considerados um grupo étnico a parte, devido sua importância e particularidades de sua ação na região.

<sup>9</sup> O termo “Marron” vem do espanhol *Cimarron*, que indicava um ser (homem ou animal) que conseguia retornar ao estado selvagem, no caso do Suriname *Marron* designa os escravos (negros) que fugiram das fazendas de *plantation*, esse grupo também é conhecido como Bushnenges, ou seja, negros da selva.

A Guiana Francesa é ao mesmo tempo um departamento e uma região ultramarina da França, portanto não é um país independente, tem uma população de 235 mil habitantes<sup>10</sup> em uma área total de 83 534 km<sup>2</sup>, representa cerca de 1/6 de todo território francês. Com uma densidade demográfica de 2,4 habitantes por Km<sup>2</sup>, é uma das menores da França. Os limites territoriais de 730 km com o Brasil é a maior fronteira da França.

Sua distribuição étnica é a mais diversificada das Guianas, dados não oficiais apontam mais de quarenta nacionalidades coexistindo na Guiana Francesa. A população imigrante clandestina é estimada em 30 mil habitantes oriundos principalmente dos países circunvizinhos, especificamente os brasileiros, os surinamienses e os haitianos.

Guiana, Suriname e Guiana Francesa têm ainda em comum os conflitos étnicos, na Guiana as tensões endureceram após a independência. Para Menke (2004, p.176) após a guerra fria e afastamento da Inglaterra das decisões políticas imediatas, surge um movimento radical de anti-colonialismo na Guiana que teve um impacto negativo nas relações étnicas, especialmente os grupos de origem africanas e hindus. O Estado é dominado pela maioria de origem indiana (51%) não conseguiu conter a violência e os ressentimentos mútuos.

No Suriname, os conflitos étnicos se intensificaram a partir de sua descolonização em 1975 quando os hindus chegam ao poder por meio de um golpe de estado. Os crioulos (classe média urbana) e principalmente os marrons<sup>11</sup> negros livres intensificaram os movimentos sociais, principalmente nas áreas rurais. Desde século XVIII os marrons (saramakas) foram os primeiros grupos de descendentes de africanos reconhecidos pelo Estado, e recebiam dinheiro para não atacar as fazendas, mais tarde os Ndyukas e os Matawais também foram reconhecidos.

Todavia, outros grupos como os Bonis (alukus) e os Kwintis foram duramente perseguidos pelos colonizadores, criando assim uma subdivisão étnica entre os marrons. Nesse sentido, a denominação *marron* esconde uma diversidade entre os grupos étnicos com status políticos e manifestações culturais diferenciados. Na trajetória do Suriname houve uma divisão historicamente criada entre aqueles que ocupavam o oeste, que recebiam impostos e eram livres o do leste que continuaram sendo caçados (PRICE, 2002). Grande parte dos marrons do leste se refugiou na Guiana Francesa, ao longo do rio Maroni e em cidades como Kourou e Saint Laurent.

<sup>10</sup> INSEE (2010).

<sup>11</sup> Os marrons do Suriname, e na Guiana Francesa, se diferenciam dos quilombolas no Brasil especificamente por terem conseguido se territorializar apesar das pressões dos dominantes, como acontece no espaço urbano de Kourou.

Depois da independência do Suriname, a situação social dos *marrons* tem piorado. Desde lá, dois golpes militares e uma guerra civil (1986-1992), onde principalmente os Ndyuka combateram o governo de maioria hindu e acabou repercutindo negativamente na rotina de todos os grupos étnicos. Em consequência, o interior do Suriname tornou-se praticamente um mosaico de territórios autônomos no qual o governo de Paramaribo tem pouca ingerência e atuação.

Principal atividade econômica, desde o final da guerra civil os garimpos de ouro têm se desenvolvido nas regiões dominadas pelos marrons. Localizados principalmente no leste do país, esses garimpos levaram milhares de imigrantes ao Suriname, e é nessas minas que novos conflitos étnicos agora com os estrangeiros têm se desenvolvido: principalmente com os brasileiros<sup>12</sup> (garimpeiros), e os chineses (comerciantes). O esquema de exploração do garimpo segue a lógica de uma exploração intensa e clandestina, sem nenhum cuidado com o meio-ambiente e de caráter absolutamente predatório.

Embora faça parte de um conjunto administrativo único subordinado ao Estado Francês à sociedade da Guiana Francesa tem como particularidade os conflitos étnicos devido à composição humana marcada pela presença de diversos grupos étnicos. Conforme Chalifoux (1992) é difícil definir se existe uma sociedade ou varias sociedades guianenses. Nesse sentido, podem-se distinguir vários grandes grupos étnico-sociais na Guiana Francesa: os crioulos; os “índios”; os *marrons*; os europeus; e os imigrantes.

A comunidade crioula é produto da miscigenação entre os antigos habitantes locais e das Antilhas francesa e os metropolitanos, representam 40% dos moradores da Guiana Francesa. Para Arouck (2001, p.83) a identidade *créole* é sem duvida o elemento mais conflitante dentro da pluralidade étnica da Guiana Francesa. Os crioulos são essencialmente urbanos, especialmente nas cidades localizadas ao nordeste da região.

Jolivet (1990) acrescenta que a especificidade da identidade crioula na Guiana Francesa abrange quatro aspectos inerente a sua trajetória: 1) a quase desapareção dos crioulos “brancos” a partir da segunda metade do século XIX, quando muitos colonos desistiram de suas *fazendas* e regressaram para a metrópole; 2) a existência de grupos de Marrons oriundos do Suriname, que edificaram pequenos territórios com forte identificação africana; 3) a permanência de diferentes nações indígenas; 4) e a grande diversidade e renovação nos deslocamentos imigratórios.

<sup>12</sup> O cenário de encontro dos brasileiros e Marrons no interior do Suriname é um cenário sem ordem, onde quase todos andam armados. Recentemente, no final de 2009 um grupo de 80 brasileiros foi atacado pelos marrons na cidade de Albina no extremo leste do Suriname.

Os indígenas representam atualmente entorno de 5 a 7% do total da população da Guiana Francesa, com cerca de 9 mil pessoas. Podem ser subdivididos em seis grupos relevantes dentro de três grandes famílias linguísticas: a família Karib (Galibi e Wayana); a família Tupi (Wayampí e Emerillon); a família Arawak (Awarak e Palikour). Ocupam na maior parte as zonas protegidas, com acesso regulamentado, embora não haja uma legislação indígena específica.

Já os Marrons são os descendentes diretos dos escravos fugitivos das plantações do século XVII, vindos em sua maioria da antiga Guiana Holandesa (Suriname) e da Guiana inglesa. Denominados também de *Noirs Marron* (*Marrões negros*) estes formam quatro subgrupos principais: os *Aluku*, os *Paramaka*, os *Ndjuka* e os *Samaracas*. Representam cerca de 8% da população local, sendo que estão localizados principalmente nas proximidades do rio Maroni e em Kourou.

Os europeus também denominados metropolitanos<sup>13</sup>, em sua maioria de origem francesa, representam um pouco mais de 10% do conjunto dos moradores da região. São normalmente funcionários públicos, diretores, técnicos e cientistas engajados nos postos de comando e se localizam principalmente em Kourou. Estes são a personificação da ação do Estado francês, com isso suas representações em relação às outras etnias oscilam entre a assimilação e a diferenciação.

Por fim, os imigrantes originários de diversas partes do mundo: sul-americanos, notadamente originários dos países vizinhos como Brasil, Colômbia, Venezuela, Bolívia Suriname e a Guiana; os caribenhos, sobretudo os haitianos e dominicanos; e, numericamente menos significativos grupos de asiáticos, principalmente os chineses, os libaneses e os hmongs<sup>14</sup>.

Por outro lado, a crônica dependência política, econômica e cultural da Guiana Francesa pesa contra os movimentos de libertação, e amplia as tensões étnicas que coexistem com os interesses geopolíticos do Estado Francês. A mercantilização da natureza e a instalação de uma base de lançamento de foguetes indicam que houve um aumento na relevância da ex-colônia nas últimas décadas. Ademais, o atual interesse da França de integração ao bloco econômico da América do Sul da a Guiana Francesa uma dimensão que anteriormente não existia.

<sup>13</sup> Dentro desse grupo normalmente é incorporado indistintamente os europeus em geral e a idéia de metropolitano vem da reprodução colônia e metrópole que ainda prevalece na Guiana Francesa.

<sup>14</sup> Povo originário da antiga Indochina francesa.

Logo, apesar das heterogeneidades as três Guianas possuem varias simetrias que as distingue dos outros países da Pan-Amazônia, assim como do continente americano. As características do processo de colonização, a proximidade com o Caribe<sup>15</sup> e os conflitos étnicos são alguns dos denominadores comuns de um hemisfério setentrional de certa forma desvalorizado no contexto Pan-Amazônico e que caracterizam sua unidade. Longe de representar o isolamento da Guiana mitológica pode representar outra cartografia distante dos recortes políticos e econômicos que a enxergam como uma frente de expansão do grande capital e de conservação da natureza.

70

## REFLEXÕES SOBRE AS FRONTEIRAS NA PAN-AMAZÔNIA

Uma das concepções que permeiam o espaço regional é o de fronteira que cria territórios fechados pela doutrina das soberanias nacionais, no qual cada nação tem sua própria Amazônia. Tal contexto foi historicamente fomentado pela marginalização de suas populações, a baixa taxa de ocupação e a fragilidade na integração política e demográfica.

A denominada Pan-Amazônia ocupa 43% da América do Sul, com uma área de 7,5 milhões de hectares, com uma população total estimada em 40 milhões, marcada pela diversidade étnica. Só os indígenas, que são em torno de 3 milhões na região têm cerca de quatrocentos “povos” distribuídos em 49 famílias linguísticas. Além deles existem diversos grupos de remanescentes de escravos, mestiças (crioulos), comunidades ribeirinhas e os imigrantes.

Geograficamente, as fronteiras Pan-Amazônicas são faixas estratégicas, que dividem e conectam oito países independentes (mais a Guiana Francesa) do bioma amazônico. Na atual configuração geopolítica da Pan-Amazônia, identificamos sete tríplices fronteiras, e vinte fronteiras duplas. Por sua vez, o avanço das frentes de recursos que antes era intrínseco a um quadro natural isolado, com o advento de fatores étnicos e identitários tornou-se inexoravelmente atrelado a noção de territorialidade.

Nesse contexto, contrariando uma suposta uniformidade nas fronteiras da Pan-Amazônia devido às características ambientais e hidrográficas, exibem distinções. Becker (2004, p.58) aponta cinco extensões de áreas fronteiriças com variações que definem ou não a integração. Dessa forma os aspectos ambientais, a densidade demográfica, a acessibilidade

<sup>15</sup> É preciso precisar que alguns crioulos-guianeses refutam a idéia de pertencimento ao mundo Caribe, devido ao um forte sentimento identitário, que definitivamente quer se desvencilhar das influencias antilhenses.

das vias, os fluxos e as redes e os conflitos territoriais são pontos de especificação dessas fronteiras.

Algumas dessas fronteiras têm a presença de cidades gêmeas, cada uma localizada de um lado da fronteira. Esses espaços tornaram-se pontos de interações de fluxos e de redes internacionais (assimétricas), rompendo com as barreiras limítrofes. Com isso amenizam as dificuldades nas interações físicas e políticas que caracteriza as fronteiras Pan-Amazônicas (BECKER, 2004, p.59). Frequentemente, essas cidades têm uma interdependência maior entre elas do que com as cidades da sua própria nação.

Tal é o caso das cidades de Bonfim (Roraima) e Lethem na fronteira entre o Brasil e a Guiana inglesa, no qual o fluxo pendular de atividades legais e ilegais existe dos dois lados da fronteira. Além do trânsito de mercadorias, há um intercâmbio de etnicidades que se constrói em função do mercado informal dessas cidades (PEREIRA, 2006, p. 211). Com isso, existem barraqueiros guianenses nas feiras de Bonfim enquanto atravessadores brasileiros compram mercadorias em Lethem.

A política de controle nessa área transfronteiriça traduz como funciona o cotidiano dessa fronteira. Conforme Pereira (2006, p.217) as vistorias somente são realizadas no percurso Brasil-Guiana, o retorno ao território brasileiro não é fiscalizado, permitindo a entrada de pessoas e mercadorias diversas. A permeabilidade da fronteira entre o Brasil e a Guiana edifica fluxos e redes de pessoas e de produtos que se justapõem as cidades.

As consequências etnográficas são evidenciadas na imigração dos Guianenses para Bonfim, grande parte desses imigrantes é negra e são classificados como os “negros da fronteira” enquanto de origem brasileiros são pardos ou morenos. Nesse contexto, a atribuição desses estrangeiros tem uma dupla identidade a nacional e a étnica que são negociadas conforme as relações de poder envolvidas. Contudo, a miscigenação de culturas e de identidades transcende as barreiras étnicas.

Caso semelhante acontece nas cidades de Pacaraima (Roraima) e Santa Elena do Uairén na fronteira entre o Brasil e Venezuela que se aproximam devido ao intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Os brasileiros se deslocam para buscar bens, abastecer carros e seus comércios, já os venezuelanos vêm atrás de serviços como o de saúde e de educação. No entanto, a economia de Santa Elena gira em torno da extração mineral, sendo uma rota de tráfico de mulheres.

Uma das características desse movimento migratório fronteiriço é o trânsito de pessoas ilegais e “indocumentadas”. Para cruzar a fronteira, não é necessário passaporte, mas apenas um documento de identidade e o cartão de vacina. No caso da Venezuela, há uma ostensiva

vigilância representada pelas alcabalas ao longo da rodovia transamericana que liga Santa Elena à costa e ao centro do país. No caso do Brasil, a fiscalização só é realizada em momentos específicos e esporádicos de alguma campanha contra o contrabando de combustível ou contra o tráfico de mulheres. Dessa forma, a facilidade de acesso via terrestre e a pouca fiscalização favorecem o fluxo de migrantes ilegais que cruzam a fronteira tanto para se estabelecerem em Boa Vista e Pacaraima como em Santa Elena e outras cidades vizinhas na Venezuela. (RODRIGUES, 2006, p. 201).

O que caracteriza o movimento migratório dos brasileiros nos últimos anos é a ampliação das atividades econômicas na fronteira, tanto em termos comerciais como no setor de serviços. Surgem também os migrantes laborais como as empregadas domésticas que vivem em Pacaraima e todo dia cruzam a fronteira para trabalhar em Santa Elena do Uairén, os motoristas que transportam passageiros diariamente de Boa Vista para Pacaraima e Santa Elena do Uairén e vice-versa, competindo com as linhas regulares de ônibus (RODRIGUES, 2006, p.203).

De outro lado, essa fronteira é palco de conflitos intensos pela presença de grupos indígenas (Ianomanis) fortemente organizados que reivindicam a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol e outras terras. A questão que os garimpos nos arredores de Santa Elena atraíram um grande contingente de garimpeiros para a região de fronteira em busca de ouro e outros metais preciosos.

Apesar da fronteira entre a Guiana e a Venezuela ser historicamente marcada pelo litígio conhecido com a questão de Essequibo, região da Guiana que representa quase metade da área total do país, os Guianenses (inglesa) também se deslocam para a Venezuela. Esses imigrantes mantêm colônias residenciais, igrejas e centros educativos privados; são considerados bons agricultores e detém o monopólio da venda de sorvetes, malta e venda ambulante.

Dentro dessa tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e a República da Guiana se constitui em uma área transfronteiriça denominada lugar guayana<sup>16</sup> de grande complexidade no qual o encontro e desencontros das etnias é a principal característica. Para Rodrigues (2009, p.224) essa fronteira é nomeadamente cultural devido à diversidade manifestada nas identidades étnicas, credos, linguagens que geram conflitos e alianças entre as populações locais e os imigrantes.

Nos últimos anos essa tríplice fronteira é marcada pelos territórios dos grupos étnicos e nacionais que, desde longos anos, desenham fluxos migratórios transfronteiriços criando e

<sup>16</sup> Trata-se de uma representação microcosmica da ilha das Guianas que, configurou-se, desde o século XVI como uma fronteira de expansão européia e tem sido o cenário de muitas conflitos étnicos desde os tempos coloniais até a atualidade.

fortalecendo redes sociais que se estendem por intermédio das relações de comércio, de trabalho, de lazer, de parentesco, de vizinhança e de religiosidade (RODRIGUES, 2009, p.224). As estruturas sociais desenvolvidas na fronteira tendem, de um lado, a desenvolver estruturas sociais de caráter transnacionais e também inovadoras, em virtude do hibridismo e/ou multiculturalismo que as caracterizam de outro lado, constituem-se onde o Estado omite-se deliberadamente e que pode transgredir seu próprio território.

Já a fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru apresenta uma aglomeração urbana que une as cidades gêmeas de Tabatinga (Amazonas) e de Letícia (Colômbia) e o vilarejo de Santa Rosa (Peru) que também se caracteriza pelo livre trânsito de pessoas e de bens. Isolados dos principais centros urbanos dos seus países devido à floresta e a distância, essa fronteira também é marcada pela presença de numerosas comunidades indígenas ao longo dos rios Solimões, Iça e Japurá (BECKER, 2004, p.61). Logo, as manifestações étnicas têm um significado ainda mais complexo e indefinido, no qual as fronteiras estão em todos os lugares e ao mesmo tempo em nenhuma parte, ao mesmo tempo, impedindo e promovendo as redes e os fluxos.

Em toda a fronteira, há um intercâmbio constante de mercadorias, idiomas e identidades, não apenas entre as duas cidades e a vila, mas também entre os diferentes países, a cidade e a floresta, as terras indígenas e os territórios étnicos e nacionais. Contudo, existem também os circuitos ilegais que predominam nessa zona de fronteira, especificamente os ligados ao narcotráfico, dominado pelos colombianos. Dessa forma, o território das drogas é mais um elemento de sobreposição de poder na fronteira Pan-Amazônica.

O tráfico de drogas transformou-se no carro chefe da economia da fronteira entre 1977 e 1986, quando se inicia o cultivo de coca em maior escala na Amazônia Colombiana. E isto não apenas diretamente por gerar emprego e renda a pequenos e médios traficantes, mas por suas implicações indiretas (STEIMEN, 2002, p. 67). Dessa forma, embora fosse apenas um lugar de passagem na rota, Tabatinga viu sua economia crescer com a grande variedade e quantidade de moedas circulantes entre as duas cidades e com a mudança do eixo comercial que transformou a cidade na principal área comercial.

A cidade de Tabatinga chegou a criar uma espécie de mercado financeiro do narcotráfico, do qual até a população local de baixa renda chegaram a participar: cinco ou mais "investidores" rateavam o custo de um carregamento, sem sequer ter contato com a droga. O retorno do investimento era proporcional à distância do mercado que a droga conseguisse atingir sem ser apreendida. Como investimento de risco, enquanto muitos podem

perder suas economias, outros conseguem acumular o suficiente para investir em outros negócios menos arriscados.

Em consequência, a cidade de Tabatinga se caracteriza pela presença massiva de instituições federais de repressão e de controle da fronteira. Essa situação transformou a cidade em pólo de atração regional, tanto nacional como internacional de imigrantes devido ao alto salário pago para os servidores públicos federais. Com isso, tanto o comércio legal quanto ilegal tem sua sustentabilidade no alto poder aquisitivo de parte significativa da população da cidade.

Outro ponto de destaque é a mobilidade demográfica clandestina que apesar de enriquecer as cidades envolvidas com a justaposição de culturas e línguas estão sujeitos aos preconceitos da população local. No caso de Tabatinga e Letícia, Steiman (2002, p.66) indica que a origem do preconceito com os imigrantes tem 3 fatores: a) a questão étnica, já que aqueles que penetram no território nacional vêm sobretudo da Amazônia peruana e têm aparência indígena e pelo fato deles serem tratados como cidadãos de segunda classe em seu próprio país; b) a questão cultural, uma vez que são os mais pobres e com menos infraestrutura na zona de fronteira; c) a questão socioeconômica, pois a população local se ressentida de repartir os já escassos recursos que são destinados ao atendimento médico, a educação e a outros serviços públicos.

Algo que não repercute da mesma forma em outra fronteira com o Peru no norte do Acre, no qual a presença de grupos indígenas é bem menor. Nos arredores da cidade de Atalaia do Norte predomina a população ribeirinha que utilizam os rios Javari e Putumayo com fontes de circulação e de sobrevivência. Trata-se de uma zona de fronteira esvaziada no qual as sinuosidades dos rios apenas permite o deslocamento de pequenas embarcações e de relações de pequena escala.

Mais ao sul, na região fronteira Brasil, Bolívia e Peru as cidades de Guajara Mirim (RO) e de Guayamirim (BO) são cidades gêmeas aonde as relações vem se intensificando, inclusive com a criação de uma área de livre comércio. Contudo, o crescimento dessa região de fronteira esta vinculado ao contrabando de mercadorias e pela mobilidade populacional, principalmente de bolivianos (SILVA, 2008, p.7). Esses movimentos imigratórios transformam a fronteira a partir da perturbação a soberania nacional e a transculturação do espaço.

O surgimento dessas novas identidades étnicas nesses contextos de fronteira são clivagens nos exercícios de poder legitimado no espaço e no tempo pelos símbolos e

representações. Pierre Bourdieu argumenta que o poder simbólico tende a estabelecer uma imposição de uma visão de mundo reconhecido por todos. Dessa forma, a ativação das identidades coletivas dos imigrantes é uma insurreição aos ícones e hábitos da sociedade de acolhimento.

Contudo, existe uma maior integração transnacional entre Brasil, Bolívia e Peru devido as iniciativas sociais e econômicas que se apresentam com as mais adiantadas da Pan-Amazônia. Becker (2004, p.64) elenca alguns desses processos, como a fronteira agrícola que historicamente possuem uma dinâmica de fluxos constantes entre comunidades do Brasil e da Bolívia, as atividades extrativistas dos brasileiros no lado da Bolívia e as trocas comerciais. Nesse contexto, a integração trinacional é produto do isolamento dessa área transfronteiriça dos centros principais dos seus países, e da convergência de projetos de intercâmbios e de desenvolvimento.

Por sua vez, a maior parte da fronteira do Brasil com as Guianas encontram-se basicamente isolados pela presença do planalto da Guiana, e pelo escasso desenvolvimento de infra-estrutura de acesso. Em relação especificamente a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa a Serra do Tumucumaque, o Parque Nacional da Serra do Tumucumaque e as terras indígenas Uaçá e Galibis do Oiapoque aumentam o isolamento e consolidam as baixas densidades demográficas e as dificuldades na acessibilidade dessa região. A única exceção fica nas margens do rio Oiapoque que abriga as cidades gêmeas do Oiapoque e o posto de fronteira de Saint Georges do Oiapoque do lado da Guiana Francesa.

A cidade do Oiapoque é simbolicamente reconhecido como o extremo norte do Brasil, do outro lado as dez minutos fica a cidade de Saint Georges do Oiapoque. Historicamente, a cidade do Oiapoque surge a partir da concepção geopolítica do Estado de defesa da fronteira, por meio de um espaço de defesa militar. Com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, trata-se de uma cidade onde grande parte do contingente populacional é de caráter sazonal.



**Figura 1:** Monumento na cidade do Oiapoque.  
**Fonte:** Gutemberg Silva (2005).

A presença de quatro grandes grupos étnicos indígenas (Caripuna, Galibi Kalimã, Galibi Marworno e Palikur) torna as características étnicas desses grupos um dos grandes referenciais simbólico da cidade. Silva (2005, p.277) cita que os níveis de interação com a sociedade permitem que haja uma grande quantidade de casamentos mistos, trocas religiosas e a participação de indígenas na política local. Contudo, as alteridades que passam pela região também formam uma parcela importante da população local, e causam a desterritorialização dos povos indígenas.

A migração é um processo constante na fronteira do Oiapoque com Saint Georges, todos os dias ônibus, vans, caminhões e outros veículos chegam a cidade pela rodovia BR 156, esses veículos transportam além de pessoas, mercadorias criando uma dinâmica de fluxos própria das regiões de fronteira amazônica. Para Granger (2008, p.6) o movimento na fronteira Brasil e Guiana tem como principal característica o caráter ilícito, devido à grande quantidade de contrabandos e o número expressivo de imigrantes ilegais brasileiros que se deslocam para a Guiana Francesa. Trata-se de imigrantes, em sua maioria oriunda dos Estados do Amapá, Para e Maranhão que buscam ou se estabelecer no mercado de trabalho das cidades, ou alcançarem os garimpos do lado da Guiana Francesa.

O espaço urbano do Oiapoque é constituído de uma infra-estrutura limitada e de instituições de controle que não funcionam. Do outro lado, em Saint Georges a fiscalização é rígida e gerenciada pela temida PAF (*Police aux Frontieres*), porém como relata Soares (2007, p.41) existem diversas estratégias de entrada de imigrantes ilegais na Guiana Francesa consolidadas durante anos de travessias clandestinas. Essas formas de burlar o controle rígido

da fronteira tornaram as situações vivenciadas rituais de passagem repetidas quase diariamente.

A cidade de Saint Georges do Oiapoque tem uma população de 3 mil habitantes, mas que se consideramos os imigrantes ilegais (brasileiros) estaria estimado em 10 mil habitantes. Com o excedente populacional tem surgido no espaço urbano fenômenos típicos das cidades brasileiras, ocupações espontâneas na periferia com pouca infra-estrutura o que vem incomodando os governantes locais. Com isso, a cidade legal estaria entrando em colapso pelo excedente populacional ilegal que vem consumindo a energia e serviços públicos dirigidos para a população oficial.

O comércio informal é a principal característica dessa fronteira, sendo que as principais atividades econômicas são vinculadas aos garimpos e a presença dos estrangeiros. Para Silva (2005, p. 281) o comércio do Oiapoque tem como principais produtos: 1) ouro e jóias; 2) máquinas e outros equipamentos para garimpo; 3) produtos alimentícios e bebidas; 4) eletrodomésticos e importados; 5) combustíveis 6) turismo sexual (prostituição). Além disso, o transporte de pessoas e mercadorias tanto pela estrada como pelo rio é sem dúvida o principal ramo de trabalho da fronteira.

Na prática a circulação do ouro e de Euro (moeda oficial do mercado comum europeu) são o vetor da dinâmica do mercado informal local, elevando o custo de vida e a violência na cidade. Dessa forma, os valores das mercadorias são altos para os padrões brasileiros, criando uma espécie de zona alternativa de comércio internacional a margem dos Estados nacionais, e distanciado dos produtos importados (China, Panamá e Coreia) da área oficial de livre comércio do Estado, a capital Macapá.

O movimento populacional na fronteira aumenta nos finais de semana, é comum se deparar com europeus e crioulos guianeses do outro lado da fronteira acompanhado por mulheres brasileiras. Conforme Carvalho (2006, p.115) a rede de prostituição envolve vários agentes, inclusive donos de bares e hotéis que transformam em pontos de encontro. De outro lado, o Oiapoque tornou-se rota do comércio sexual de mulheres, inclusive adolescentes, que se direcionam para a própria Guiana Francesa e o Suriname e posteriormente para a Europa.

Já a exploração dos garimpos se iniciou nos anos 80 do século passado, e até 1991 é feito livremente na fronteira guianense. Foi a partir daí que as autoridades francesas, pressionadas pela sociedade crioulo-guianesa que não via com bons olhos o domínio da exploração mineral pelos brasileiros, além das consequências ambientais, começaram a reprimir essa atividade em solo guianês (SOARES, 2007, p.34). Desde então, houve o

aumento das tensões transfronteiriças que repercutiram definitivamente no cotidiano e no imaginário dessa fronteira.

Os imigrantes brasileiros de forma geral são rotulados negativamente pelas autoridades e a sociedade guianesa. Silva (2005, p.285) aponta que duas das estigmatizações mais utilizadas na Guiana Francesa são: 1) os brasileiros são vistos como mão de obra barata e eficiente principalmente na construção civil e serviços domésticos; 2) são associados às atividades ilícitas como a garimpagem, roubos, contrabando de mercadorias, tráfico de drogas e prostituição. Com isso é comum que haja ações policiais voltadas especificamente para combater os brasileiros ilegais, o que tem dificultado a entrada de brasileiros na Guiana Francesa, sendo necessário visto de permanência emitido pelo Consulado Francês, o que não acontece em relação à França continental.

Nesse contexto, as tensões na fronteira Brasil e Guiana Francesa têm uma característica essencialmente de conflitos étnicos historicamente constituídos nessa região. Um fator relevante é a percepção dual dos brasileiros em relação aos franceses e os crioulos, enquanto os crioulo-guianeses são visto como preconceituosos e maus pagadores os franceses são cosmopolitas e excelentes patrões (SILVA, 2005, p.287). Com isso os brasileiros da fronteira acabam reproduzindo os conflitos étnicos internos da Guiana Francesa, que envolve a relação dominante e dominado e as especificidades do poder metropolitano sobre a sociedade local.

Atualmente, existe um esforço dos dois Estados nacionais para disciplinar as relações de intercâmbio, e transformar a geopolítica da fronteira. Por anos a estratégia política era de distanciamento entre as cidades gêmeas, algo que efetivamente foi contrariado pelas ações das sociedades locais. Contudo, a partir dos anos 90 foram iniciados vários projetos de cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Atualmente, a cooperação entre Amapá e Guiana Francesa tem se dado basicamente em áreas cujo impacto incide diretamente nos dois lados. Políticas nas áreas de meio ambiente e de segurança estão no topo das discussões. Planeja-se, por exemplo, a implementação da Universidade da Biodiversidade, cuja proposta é esta ter um caráter Binacional (Brasil e França) e qualificar profissionais que atuem na perspectiva ambiental. No segundo caso, um acordo de rigidez contra migrantes ilegais e de melhoria na postura com aqueles que possuem documentos, está sendo pensado para minimizar problemas como tráfico, tanto de pessoas como de armas e drogas, assim como garimpagem e ocupação ilegal do solo, que ocorrem de forma intensa, sobretudo no lado francês. Um desafio essencial dos programas de cooperação é o desenvolvimento de projetos comuns concordantes das duas partes, tanto em termos de estruturação e melhoria das condições de vida nas zonas transfronteiriças, como em termos de simplificação das trocas e relações entre os atores econômicos. (PORTO & SILVA, 2009, p. 257).

Fica evidenciado que, de uma forma ampla, as antigas posturas ideológicas de França e Brasil decorrentes de receios expansionistas, que caracterizaram a Geopolítica Clássica de soberania dos Estados, vêm, gradativamente, sendo substituídas pela busca de cooperações nas mais diversas escalas na fronteira. Por sua vez, o entendimento da fronteira como espaço de oportunidades e de conflitos, com múltiplos tipos de ação e de tempos, envolve, por consequência, múltiplos atores e níveis de decisão. Essas características tornam mais complexas as análises sobre a fronteira e suas condições na Pan-Amazônia.

O fato é que a fronteira Brasil- Guiana Francesa é a porta de entrada e saída da Europa na América do Sul, o que faz dessa fronteira um caso específico na Pan-Amazônia. Não obstante sua economia ser reconhecidamente dependente e artificial, a Guiana Francesa tornou-se uma ilha de “prosperidade”, um enclave no contexto periférico no qual está inserido (GRANGER, 2008, p.5). Paradoxalmente essa condição é que permitiu uma nova estratégia de cooperação internacional.

Entretanto, as políticas de aproximação entre Brasil e França tem se caracterizado mais pela *interação* do que de *integração* econômica, haja vista que o interesse maior das geopolíticas elaboradas parece estar voltado para a ativação de apenas alguns pontos do novo uso da fronteira (PORTO & SILVA, 2009, p.265). A ponte sobre o rio Oiapoque é o símbolo dessa nova estratégia, no qual as mercadorias terão livre acesso e as pessoas nem tanto.



**Figura 2:** Ponte no rio Oiapoque  
**Fonte:** Stephane Granger (2012).

Esse processo mostra que, mais do que uma perda de função dos limites internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao papel das áreas transfronteiriças. Para Machado (1998) a fronteira deixa de ser concebida

somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas sociedades locais, ou seja, no âmbito estadual e municipal. Portanto, o desejo e a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira estaria subvertendo e renovando os conceitos clássicos de fronteira.

Dessa forma a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, tem como característica geopolítica, levando em consideração que são áreas consideradas periféricas dentro de suas realidades, uma maior conexão visando um desenvolvimento compatível com as estratégias regionais desses dois países. Mais que uma fronteira política, militar e diplomática, essa fronteira é apresentada como um espaço de globalização, influenciado pelas redes em diversas escalas e o ambiente multicultural característico de uma zona transfronteiriça como no caso das cidades gêmeas do Oiapoque e de Saint Georges.

No caso da fronteira franco-brasileira, foram anos de tensões que ainda repercutem no cotidiano, mas que há algum tempo passou a ser um recorte articulador de complementaridades. Para Silva (2005, p.293) as transformações foram aceleradas após i) acordo quadro de cooperação entre os dois países no ano de 1996; ii) das discussões sobre a Implementação da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, e iii) do interesse da França na utilização do Porto Organizado de Santana (POS), no estado do Amapá, com objetivo de usufruir do seu calado para entrada de equipamentos, com vistas à manutenção da base aeroespacial de Kourou.

Ademais a existência ou não de simetrias, ou seja, se existem espaços análogos em ambos os lados do limite, é provável que haja menos conflitos, mas a existência de porosidades não é garantia de grande interação como prova a fronteira do Oiapoque com Saint Georges. As assimetrias geopolíticas e diferenças étnicas são a fonte dos paradoxos nas áreas de fronteiras na Pan-Amazônia. A interpenetração de culturas e o cosmopolismo linguístico e de costumes, contrasta com os persistentes estereótipos culturais do "brasileiro ladrão" e do "guianês preconceituoso" são fatores limitantes do processo de integração.

Há ainda outra importante questão pendente para as regiões transfronteiriças. Ainda que elas atinjam um nível de complementaridade e cooperação efetiva, elas precisarão se impor não como simples intermediárias, em que suas cidades não são mais que nódulos em rotas de passagem, mas como nódulos intermediários na rede ampla que liga os centros maiores entre si (STEIMAN, 2002, p.98). Assim, a questão crucial para as cidades gêmeas e

regiões de fronteira é a de como se inserir nas diversas redes transnacionais que as atravessam, sem desempenharem o papel de mero ponto de intermediação.

Portanto, a atual condição dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa é resultado dos conflitos e contradições “multi-escalares” existentes dentro da realidade pan-amazônica e a geopolítica dos Estados nacionais. Enfim, a fronteira passa a representar outro significado, para a Guiana Francesa pode ser à ruptura do isolamento histórico, no entanto ainda precisa ultrapassar os desafios simbólicos e étnicos consolidados na escala local.

### Á GUIA DE CONCLUSÃO: AS IDENTIDADES CRIOULAS NA PAN-AMAZÔNIA

O fato é que as identidades crioulas na Pan-Amazônia foram arquitetadas a imagem do colonialismo e do escravismo, o que resultou em um pensamento no qual prevalece às particularidades dos grupos étnicos, e os ressentimentos que estão por trás dessa história. A unidade nacional concorre com as memórias coletivas que delimitam as fronteiras de cada etnia, a partir de diversidades culturais, religiosas, políticas, visões de mundo que torna um desafio qualquer processo de afirmação de uma identidade e de coesão social.

Nesse sentido, a dificuldade está na construção de uma identidade nacional que se baseia em uma cultura dominante (européia) no qual as minorias não contribuem de fato para a afirmação da criouldade (guianidade). Além disso, a absorção de culturas minoritárias, numa escala transnacional, em uma cultura dominante produziria uma perda cultural para cada grupo minoritário local. Essas contradições internas entre a própria população crioula remontam desde o período da escravidão em toda a região.

Logo, a identidade crioula é visto como uma integração (eurocêntrica) sócia étnica e a perda referencial dos descendentes de africanos. Desta forma, não leva em consideração o mosaico pluriétnico que caracterizam a região do caribe. Assim a perda cultural cria desvantagens para aqueles que não controlam as alavancas do poder político e econômico. Na verdade, a ideia de crioulização se revela contrária à construção de uma nação, ao produzir-se por meio da competição, em busca de espaço nacional, integração cultural, hierarquização, fragmentação dos trabalhadores, politização da categorização etnocultural, racialização da consciência, imperialismo cultural, uso da raça como trunfo político e dominação étnica.

Portanto, as sociedades crioulas multiculturais devem encontrar maneiras de resolver suas exigências aparentemente conflitantes, pois não podem desprezar a diversidade e nem descartar a unidade. A integração é um processo recíproco e complexo. É difícil para as

etnicidades integra-se em uma nova sociedade se as outras pessoas os rejeitam. Ambos os grupos, os imigrantes e a sociedade autóctone que os recebe, têm de estender as mãos e aceitar suas obrigações mútuas.

Segundo Souza (2012), a *crioulização* caribenha ou o nacionalismo *créole* tem sido formulado e reformulado com objetivos políticos ligados invariavelmente aos colonizadores ou as elites crioulas subordinadas aos ideários europeus. Assim se considera que o processo de crioulização produziu uma identidade cultural ao mesmo tempo penetrante e persuasiva. Neste sentido, a onipresença e influência da crioulização em cada território exprimem alguma forma de nacionalismo cultural militante, excluindo e subordinando as culturas minoritárias, de minorias cuja vestimenta, língua e aparência geral eram estranhas aos guardiões e habitantes da cultura *créole*. Assim se criou o “nós” e o “eles”, com a xenofobia como construtora dessa diferenciação. O crioulo tornou-se uma forma de projetar o dominador e ao mesmo tempo diferenciá-lo dos europeus, colocando em evidência, mais uma vez, a questão racial por trás desse construto de uma identidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa*. Fronteiras e construções de alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002. 223p.

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004. 120p.

CARVALHO, Guilherme. *Oiapoque uma parábola na Floresta*. Estado, integração e conflitos na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Belém: edições do autor, 2006. 186p.

CHALIFOUX, Jean-Jacques. Ethnicité, pouvoir et développement politique chez lês Galibis de La Guyane française. *Antropologie et sociétés*. Vol.16. n.3 : 37-54, 1992.

COLOMB, Gérard. Entre ethnicité et national : a propos de la guyane. *Revue socio-anthropologie*, n 6, passages, CIRCLES (Centre Interdisciplinaire Récits-Cultures-Langues et Sociétés), 1999.

CORBIN, Hisakhana. *Brazilian migration to guyana as a livelihood strategy: A case study approach*. Dissertação. PLADES/NAEA/UFPA. Belém, 2007. 178f.

GRANGER, Stephane. Guiana Francesa, um território francês e caribenho em via “sul - americanização”? *Revista confins* n°6, 4e tri: 11-16, 2008. Disponível em : <http://confins.revues.org/document5003.html>. Acesso: 03 de dezembro 2008

- JOLIVET, Marie-José. Entre autochones et immigrants : diversité et logiques des positions créoles guyanaises. *Etudes créoles*, XIII (2) : 11-32, 1990
- LÉZY, Emanuel. *Guyane, Guyanes: Une géographie « sauvage » de l'Orénoque à l'Amazone*. Paris : Belin, 1989. 347p
- MACHADO, L. O. Região, fronteiras e redes ilegais. Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. *Revista Italiana di Geopolitica*. Quaderni Speciali, Suplemento. n. 3/2007, pp.173-183.
- MENKE, J. Multiethnic caribbean democracies : a comparative exploration . in : MENKE, J . *Political democracy : social democracy and the market in the caribbean*. Panamaribo : Anton de kom University of Surinam, 2004. p. 163-191.
- PEREIRA, Maria C. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006. pp.209-219.
- PIANTONI, Frédéric. *L'enjeu migratoire en Guyane Française*. Matoury G-F, Ibis rouge editions, 2009. 440p.
- PORTO, Jadson & SILVA, Guttemberg. Novos usos e (re) construções da condição de fronteira amapaense. *Novos Cadernos do Naea*. V 12 N°2, 2009. p. 253-266.
- PRICE, Richard. Maroons in Suriname and Guyane : How many and Where. *New West Indian Guide* vol 76 n1 & 2, 2002, pp. 81-88.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. MetrÓpole e pesquisa: os desafios contemporâneos. In: PAVIANI, Aldo (Org) *A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional*. Brasília: UNB, 1993. p.23-32.
- RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006. p.197-207.
- SILVA, G. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e as articulações locais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. 175 f.
- SILVA, Claudia Puerta & DOVER, Robert. Tierras baldias, territÓrios de nadie? Geopolítica de um proyecto minero en la guajira colombiana. In: SUAREZ, Carlo Emilio P. & ARANGO, Vladimir Montoya. *Geopolíticas: espacios de poder y poder de los espacios*. Medellín, La carreta editores, 2008. PP 31-50.
- SOARES, Ana Paulina Aguiar. Travessia: Análise de uma situação de passagem de passagem entre Oiapoque e Guiana francesa. Dissertação (Mestrado de Geografia humana) USP, São Paulo, 1995.

SOUZA, Charles B. Gemaque. A Guiana Francesa, entre o pós-colonialismo e a afirmação nacional. *Revista Brasileira do Caribe*. Universidade Federal do Maranhão, Vol XIII, nº 25 (jul/dez 2012) p.221-256.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências) - Instituto de geociências - PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002. 128 f

84

Artigo Recebido em: 23 de outubro de 2013.  
Artigo Aprovado em: 10 de junho de 2014.



**PPGEO**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA